



JEANE AZEVEDO SILVA

**COMPREENDENDO OS DESAFIOS DA LEI Nº
13.935/2019: UMA ANÁLISE CRÍTICA**

**LAVRAS – MG
2024**

JEANE AZEVEDO SILVA

**COMPREENDENDO OS DESAFIOS DA LEI Nº 13.935/2019:
UMA ANÁLISE CRÍTICA**

Monografia apresentada à
Universidade Federal de Lavras,
como parte das exigências do
Curso de Administração Pública,
para a obtenção do título de
Bacharel.

Profa. Dra. Mariana Barbosa de Souza
Orientadora

**LAVRAS – MG
2024**

JEANE AZEVEDO SILVA

**COMPREENDENDO OS DESAFIOS DA LEI Nº 13.935/2019:
UMA ANÁLISE CRÍTICA**

Monografia apresentada à
Universidade Federal de Lavras,
como parte das exigências do
Curso de Administração Pública,
para a obtenção do título de
Bacharel.

APROVADA em 24/07/2024.

Prof. Dra. Mariana Barbosa de Souza
Prof. Dra. Júlia Moretto Amâncio

UFLA
UFLA

Profa. Dra. Mariana Barbosa de Souza
Orientadora

**LAVRAS – MG
2024**

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de iniciar agradecendo a Deus, por ter me guiado até aqui e me dado forças para seguir essa longa trajetória, a qual por muitas vezes não foi fácil, mas sei que Ele sempre esteve comigo.

A minha mãe Delza, a qual não tenho palavras suficientes que expressem minha gratidão por ser sua filha, esteve comigo em todos os momentos e todas as vezes que eu estava a ponto de desistir, me mostrou que eu conseguia. Ao meu pai Januzi que mesmo odiando a ideia de estar longe, não mediu esforços para que eu pudesse estudar sem me preocupar com qualquer outra coisa que não fosse a educação acadêmica.

A Mariana, minha orientadora que não faltaram “puxões de orelha”, digo que foram cruciais, cada alinhamento sobre o que fazer e como fazer. Sua orientação foi imprescindível para a aprovação.

Um agradecimento especial ao meu amigo Gabriel (Gabs) que se tornou um irmão nessa caminhada, agradeço a Deus por ter colocado você em meu caminho, a vida acadêmica se tornou mais leve ao seu lado.

Ao meu parceiro Lucas, agradeço pela paciência e pelo incentivo nos momentos que estive cansada, pelas palavras de coragem as quais foram fundamentais para a finalização deste trabalho.

As pessoas que passaram pela minha vida e de alguma forma contribuíram significativamente para que esse trabalho fosse finalizado, muito obrigada.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar uma análise crítica sobre a Lei nº 13.935/2019 (Brasil, 2019), baseando-se na literatura nacional e internacional ao abordar diversos fatores os quais influenciam na política pública. A partir da análise é possível compreender que a lei se baseia no apoio psicossocial no âmbito escolar em todo o país e, diante de estudos realizados por outros autores fica evidente a necessidade de alunos (as) e professores de melhoria quando diz respeito a assistência social e psicológica nas escolas. Por fim, é possível compreender que a Lei 13.935/2019 (Brasil, 2019) se torna uma ferramenta essencial a qual irá agregar positivamente nas instituições de ensino.

Palavras-chave: análise crítica, Lei 13.935/2019, apoio psicossocial, política pública, educação.

ABSTRACT

This paper aims to present a critical analysis of Law No. 13.935/2019, using national and international literature to address various factors that influence this public policy. The analysis reveals that the law is based on psychosocial support in the school context throughout the country. Studies conducted by other authors highlight the need for improvements in social and psychological assistance for students and teachers in schools. It is concluded that Law No. 13.935/2019 is an essential tool that positively contributes to educational institutions.

Keywords: critical analysis, Law No. 13.935/2019, psychosocial support, public policy, education.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 REFERENCIAL TEÓRICO	9
2.1 Definição de políticas públicas	10
2.2 Importância do apoio psicossocial escolar.....	11
2.3 Relevância da análise de diferentes contextos.....	14
3 A Lei Federal nº 13.935/2019 e suas disposições	16
3.1 Origens e objetivos da lei	16
3.2 Principais disposições da lei.....	18
3.3 Implementação da lei em nível nacional.....	20
4 Políticas Públicas de Apoio Psicossocial Escolar em Diferentes Contextos	21
4.1 Exemplos de políticas públicas de apoio psicossocial escolar em diferentes países ou regiões.....	22
4.2 Comparação de abordagens e resultados	25
5 Resultados e Efeitos das Políticas Públicas de Apoio Psicossocial Escolar	28
5.1 Dados quantitativos e qualitativos sobre o impacto dessas políticas nas comunidades escolares	28
5.1.2 Dados quantitativos	28
5.1.3 Dados qualitativos	29
5.2 Análise de estudos e pesquisas sobre os efeitos das políticas	29
6 RESULTADOS E DISCUSSÕES	30
6.1 Estratégias teóricas para melhorar a implementação e eficácia das políticas públicas de apoio psicossocial escolar.....	30
6.2 Abordagens interdisciplinares sugeridas na literatura.....	32
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	33
REFERÊNCIAS	34

1 INTRODUÇÃO

A implementação da Lei Federal nº 13.935/2019, que estabelece a obrigatoriedade da presença de psicólogos e assistentes sociais nas escolas, representa um marco significativo para as políticas públicas de apoio psicossocial no Brasil. Essa legislação visa proporcionar um suporte integral ao bem-estar emocional e social dos estudantes, reconhecendo a importância de um ambiente escolar que acolha e promova a saúde mental e social dos alunos. No entanto, a efetividade e os impactos dessa lei variam conforme os contextos educacionais e as particularidades regionais, o que levanta a necessidade de uma análise aprofundada sobre seus efeitos práticos.

Nos últimos anos, a violência no ambiente escolar tem se mostrado um desafio crescente no Brasil, com relatos que indicam um aumento preocupante de incidentes envolvendo agressões e conflitos entre estudantes, professores e funcionários. Esse cenário revela a complexidade de manter um ambiente seguro e acolhedor nas escolas, e aponta para a necessidade de políticas públicas eficazes que abordem tanto a prevenção quanto a intervenção em casos de violência escolar (Senado Federal, 2024).

A presente pesquisa tem como questão-problema: "Como a implementação da Lei Federal nº 13.935/2019, que estabelece a presença de psicólogos e assistentes sociais nas escolas, afeta as políticas públicas de apoio psicossocial escolar e quais desafios e oportunidades surgem em diferentes contextos?". O objetivo geral é analisar o impacto da implementação da Lei Federal nº 13.935/2019 nas políticas públicas de apoio psicossocial escolar em diferentes contextos educacionais e explorar as implicações para aprimoramentos nessas políticas.

Para alcançar esse objetivo, foram delineados os seguintes objetivos específicos: investigar a implementação e o cumprimento da Lei Federal nº 13.935/2019 em diferentes contextos educacionais; avaliar os resultados e os efeitos da presença de psicólogos e assistentes sociais nas escolas, conforme estipulado pela lei, na promoção do bem-estar emocional e social dos estudantes; identificar desafios comuns e específicos que surgem na implementação da lei em diferentes locais; e propor estratégias de melhoria na

implementação da lei e nas políticas públicas de apoio psicossocial escolar, com base nas lições aprendidas em diferentes contextos.

A metodologia adotada para esta pesquisa é de natureza bibliográfica, caracterizada por uma abordagem exploratória e crítica. A pesquisa exploratória envolve a análise extensa e aprofundada da literatura acadêmica e fontes documentais relevantes relacionadas ao tema em estudo, com o objetivo de mapear o conhecimento existente e identificar lacunas, tendências e perspectivas divergentes. A abordagem crítica implica na avaliação cuidadosa e na análise reflexiva das fontes, destacando suas contribuições, limitações e vieses, a fim de construir uma visão mais completa e informada do assunto.

Essa metodologia bibliográfica permitirá uma compreensão profunda das políticas públicas de apoio psicossocial escolar, bem como das implicações da Lei Federal nº 13.935/2019, contextualizando-as em um panorama mais amplo e crítico. Por meio dessa análise, espera-se contribuir para o aprimoramento das políticas públicas de apoio psicossocial nas escolas, promovendo um ambiente educacional mais saudável e inclusivo para todos os estudantes.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico desta pesquisa fundamenta-se em uma análise crítica e abrangente das políticas públicas de apoio psicossocial nas escolas, destacando a importância da Lei Federal nº 13.935/2019. Para isso, considera-se a definição e os desafios das políticas públicas, conforme discutido por autores como Hill e Hope (2014) e Secchi (2015), que associam essas políticas aos problemas sociais e à intervenção estatal. A legislação é contextualizada dentro das iniciativas governamentais que buscam promover o bem-estar emocional e social dos estudantes. Além disso, estudos específicos sobre a saúde mental e o apoio psicossocial no ambiente escolar, como os de Carvalho et al. (2021) e Minto et al. (2007), são analisados para entender os impactos práticos da presença de psicólogos e assistentes sociais nas escolas. A relevância da análise dos diferentes contextos educacionais, conforme discutido por Pereira (2018) e Guzinski (2022), também é abordada, evidenciando a

necessidade de adaptações regionais e culturais na implementação das políticas públicas.

2.1 Definição de políticas públicas

Para definir o termo políticas públicas, é importante ressaltar o seu contexto a ser usado, visto que, algumas vezes o termo pode possuir o mesmo significado, mas ao mesmo tempo pontos de vista divergentes sobre qual seu papel na sociedade. Baseado neste fato, alguns autores desdenham sobre o termo em seus pontos de vista sendo eles descritos a seguir.

É possível obter a percepção de que políticas públicas estão interligadas a movimentos sociais, Hill e Hope (2014) consideram que as noções de políticas públicas, baseiam-se nos problemas sociais, no entanto, Secchi (2015) se fundamenta na tese de que a política é necessária para solucionar ou intervir em um problema social. Pensando pelo lado dos autores acima, fica claro de que os mesmos propõem de que há uma vinculação entre os termos políticas públicas e problemas públicos, ainda que de forma subjetiva, subentende que para uma solução de problemas buscaram encontrar mecanismos atrás da política pública.

Partindo pelo ponto que liga o termo ao governo, Dye (2010) possui a ideia de que: política pública é tudo aquilo que o Estado se proporcione a fazer ou não fazer, desfazendo da ideia de que políticas públicas estejam vinculadas diretamente a problemas sociais. Já os autores Muller & Surel (2002, p. 11) destrincham sobre a percepção de que se deve compreender o aspecto processual para a conceituação, sendo ele: “processo pelo qual são elaborados e implementados programas Políticas públicas e desenvolvimento de ação pública, isto é, dispositivos político-administrativos coordenados em princípio em torno de objetivos explícitos”.

Observando pelo lado governamental do termo, é pertinente citar Laswell por ser um autor o qual embasou sua definição sobre políticas públicas respondendo perguntas claras, sendo elas: quem ganha? Por que ganha? E qual diferença irá fazer. Visto que, o autor assim introduziu o estudo de *policy analysis* (análise de políticas públicas), o qual buscava um alinhamento entre o lado do Estado e ações governamentais com os estudos científicos sobre o tema, assim ocorrendo um diálogo entre as partes interessadas. Já Simon (1957),

argumentava que não era possível o Estado se basear na racionalidade para decisões públicas, visto que, muitas vezes não iriam possuir todas as informações, não sendo assim uma fonte confiável para tomada de decisões. O autor Easton (1965) definiu política pública como um sistema, pois possui partes interessadas as quais influenciam nas tomadas de decisões.

Ao considerar as diferentes perspectivas sobre políticas públicas, é possível notar que o termo pode ser entendido de diversas formas, dependendo do enfoque teórico e metodológico adotado. Hill e Hope (2014) associam políticas públicas diretamente aos problemas sociais, enquanto Secchi (2015) argumenta que a política é um mecanismo essencial para solucionar ou intervir nesses problemas, sugerindo uma conexão intrínseca entre políticas públicas e problemas sociais. Em contraste, Dye (2010) propõe uma visão mais ampla, definindo políticas públicas como tudo aquilo que o Estado decide fazer ou não fazer, sem necessariamente vinculá-las a problemas sociais específicos. Muller e Surel (2002) enfatizam a importância do processo de elaboração e implementação das políticas, destacando a coordenação político-administrativa em torno de objetivos explícitos.

Autores como Laswell trazem uma perspectiva analítica ao discutir quem se beneficia das políticas públicas e por que, introduzindo a análise de políticas públicas como um campo que busca alinhar ações governamentais com estudos científicos. Simon (1957), por outro lado, questiona a racionalidade das decisões públicas, apontando a limitação de informações completas para a tomada de decisões. Easton (1965) vê políticas públicas como um sistema influenciado por diversas partes interessadas.

Diante dessas diferentes abordagens, esta pesquisa adotará a perspectiva de Muller e Surel (2002), que enfatiza o aspecto processual e a coordenação político-administrativa das políticas públicas. Essa visão permite uma análise detalhada de como as políticas são elaboradas e implementadas, bem como a identificação dos objetivos e mecanismos envolvidos no processo, proporcionando um entendimento abrangente e sistemático das políticas públicas e seu impacto na sociedade.

2.2 Importância do apoio psicossocial escolar

É necessário compreender que atualmente há um índice de violência escolar significativo, reportagens e canais de comunicação mostram noticiais diárias sobre violência escolar envolvendo alunos, profissionais de ensino, entre outros. Assim é importante ressaltar a relevância de profissionais psicossociais para intervenção e tomada de decisões afim de combater tais violências, buscando a compreensão da violência escolar é relatado que para que possua um ambiente escolar saudável é necessário que aconteça a diminuição do bullying e violência escolar (Cornell; Shukla; Konold, 2015). Abordando pelo lado do apoio psicossocial no ambiente escolar, é importante observar os desafios das partes envolvidas, tanto da assistência psicológica em possuir acesso a criança e/ou adolescente, mas também no público que é a mais afetado que são os alunos e alunas, visando esse parâmetro, é de total relevância compreender as dificuldades de ambos lados.

Atualmente, um psicólogo pode se especializar em Psicologia Escolar/Educacional de duas maneiras. Uma delas é passar em uma prova do Conselho Federal de Psicologia. A outra opção é completar um curso de especialização reconhecido pelo mesmo Conselho. Para se inscrever na prova, o profissional deve atender a certos requisitos do CFP, tais como estar registrado no Conselho Regional de Psicologia por pelo menos dois anos e ter pelo menos dois anos de experiência profissional na área escolar e educacional (CFP, 2007).

De acordo com Moreira e sua equipe (2011), ser adolescente envolve lidar com as mudanças físicas da puberdade e as ideias sociais associadas a essas mudanças. Cada pessoa passa por esse processo de adaptação de maneira única e, eventualmente, desenvolve características sociais de adultos. Alguns autores enfatizam a importância de entender a adolescência de forma mais ampla, pois os contextos sociais, históricos e culturais variam para cada indivíduo (Moreira et al., 2011; Freitas, 2005).

Pensando pelo lado do psicológico dos alunos e alunas, é possível citar o artigo de Gabrieli da Silva Carvalho, Helena dos Santos Cortezini, Maria Luana Fiorin Campos, Rebeca Dutra Pereira, Viviane Andrade Moura, Lincon Fricks Hernandez (2021), que discute sobre “A saúde mental dos adolescentes em contexto escolar”, para que assim, possa ser possível uma análise obtendo todos os pontos necessários.

O estudo revela que os adolescentes enfrentam múltiplos desafios emocionais e psicológicos, como ansiedade, depressão e dificuldades de relacionamento, que podem ser exacerbados pelo ambiente escolar competitivo e pelas pressões acadêmicas. Os autores enfatizam a necessidade de intervenções psicológicas que não apenas tratem os sintomas, mas também promovam um ambiente escolar mais acolhedor e inclusivo, onde os alunos se sintam seguros e apoiados (Carvalho et al., 2021).

Além disso, o artigo sugere que a presença de psicólogos escolares é crucial para a identificação precoce de problemas de saúde mental e para a implementação de programas preventivos. Os autores também discutem a importância de envolver pais, professores e a comunidade escolar no suporte aos adolescentes, criando uma rede de apoio que pode ajudar a mitigar os efeitos negativos do estresse e promover o bem-estar geral dos alunos. Por fim, a pesquisa destaca que políticas públicas eficazes devem ser implementadas para garantir recursos adequados e formação contínua para os profissionais de saúde mental nas escolas, assegurando que eles estejam preparados para atender às necessidades complexas dos estudantes (Carvalho et al., 2021).

Levando para o lado do apoio psicossocial, referências sobre o assunto em questão podem ser encontradas no artigo intitulado "Uma análise crítica da Lei Nº 13.935/2019 sobre a prestação de serviços de psicologia nas escolas públicas", de autoria de Maria Laura Lopes Bertasso. Nessa publicação, a autora enfatiza a relevância da presença da psicologia nos ambientes educacionais e levanta questões pertinentes, tais como: "Quais são as necessidades e prioridades das políticas educacionais contemporâneas? Qual é o papel desempenhado pela Psicologia Escolar nesse contexto?" (Bertasso, 2022, p. 55). Essas indagações demandam respostas que são essenciais para assegurar a efetividade da Lei Nº 13.935/2019 em todas as escolas de Minas Gerais.

Em contrapartida o Trabalho de Conclusão de Curso "Implementação da Lei 13935/2019: (Im)possibilidades de atuação das/os psicólogas/os na Educação Básica", da autoria de Ana Maria Ponce Freitas, trabalha a necessidade de investigar a formação dos profissionais para a atuação na educação básica. Através desse estudo realizado, será possível refletir sobre o papel dos psicólogos e como eles podem agregar nas instituições de ensino, como cita Antunes (2008):

a Psicologia Educacional é entendida como a área que organiza os saberes já produzidos relativos aos fenômenos psicológicos e desenvolve novos saberes dentro do processo educativo, sendo essa também chamada de Psicologia da Educação. Distintamente, a Psicologia Escolar está no campo de atuação, essa que faz uso da Psicologia da Educação em espaços socioeducacionais, através de intervenções (Antunes, 2008, p. 269).

Compreender essas nuances é essencial para garantir um apoio psicossocial eficaz nas escolas, atendendo tanto às necessidades dos alunos quanto às exigências dos profissionais. Essa discussão encaminha a análise para a próxima seção, que trata da relevância de analisar diferentes contextos na formulação e implementação de políticas públicas educacionais.

2.3 Relevância da análise de diferentes contextos

É também de suma importância analisar a assistência social no âmbito escolar, e então servirá de base o estudo do Trabalho de Conclusão de Curso: “Um estudo sobre a importância do serviço social na rede pública de educação básica” de autoria de Scharlana Luciano, o qual é feita uma pesquisa em que o fundamento foi a contribuição do assistente social no âmbito escolar. Visto que o assistente social tem seu papel sendo fundamental através do NAE, é relevante descrever suas atividades realizadas e a necessidade de tais profissionais nas escolas. Como detalha Luciano (2022, p. 22), refletir sobre a “atuação do/a assistente social inserido na educação, certamente assegura o fortalecimento no combate às demandas no campo educacional que chegam às escolas, as quais são as mais diversas.”

Para possuir uma abordagem mais clara, se faz importante observar a relação entre pais e escola, aliás é necessário estabelecer uma parceria, nesse contexto, o aprofundamento no artigo “Revisitando a relação entre família e escola: discursos inacabados” de Anderson de Carvalho Pereira (2018), será de total significância, analisando pelo fato de que o que ocorre no âmbito familiar pode afetar o(a) aluno(a) no âmbito escolar.

O artigo de Pereira (2018) explora como as dinâmicas familiares influenciam o desempenho e o comportamento dos alunos na escola, destacando a importância de uma comunicação eficaz entre pais e educadores. Pereira argumenta que uma colaboração estreita entre família e escola pode

contribuir para a criação de um ambiente mais harmonioso e propício ao aprendizado, onde discentes se sentem apoiados(as) tanto em casa quanto na escola.

Além disso, o estudo enfatiza que a compreensão mútua e a cooperação entre pais e professores(as) são essenciais para identificar e abordar questões que possam surgir no ambiente escolar. Isso inclui desde problemas de comportamento até dificuldades acadêmicas, que podem ser mais efetivamente resolvidos quando há um esforço conjunto entre as duas partes (Pereira, 2018).

O artigo sugere ainda que programas de envolvimento parental e iniciativas que promovam o diálogo e a participação ativa dos pais na vida escolar de seus filhos são fundamentais para o sucesso acadêmico e emocional dos alunos. Compreender e implementar essas estratégias pode melhorar significativamente a experiência educacional e o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes (Pereira, 2018).

Em Santa Catarina já foi realizado um estudo sobre a Lei 13935/2019, o Trabalho de Conclusão de Curso de Samanta Guzinski, aborda o tema “A inserção do Serviço Social na Política de Educação: História e desafios em Santa Catarina”. Com esse estudo será possível obter um conhecimento sobre o NAE em outros Estados e outras abordagens utilizadas. A autora cita então que “a escola é um dos aparelhos significativos para a manutenção da hegemonia” (Guzinski, 2022, p. 18).

Além disso, o trabalho destaca a importância da atuação dos assistentes sociais no ambiente escolar para promover a inclusão e o atendimento adequado às necessidades dos alunos, fortalecendo o papel da educação como ferramenta de transformação social. Guzinski (2022) também ressalta os desafios enfrentados pelos profissionais do serviço social na implementação das diretrizes da Lei 13.935/2019, como a falta de recursos e a necessidade de maior articulação entre as políticas públicas de educação e assistência social.

O TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) de Guzinski (2022) examina detalhadamente a trajetória histórica do serviço social na política educacional catarinense, evidenciando as principais conquistas e obstáculos ao longo dos anos. A autora argumenta que, apesar da existência de uma legislação favorável, a efetiva implementação da Lei 13.935/2019 enfrenta barreiras significativas,

como a escassez de profissionais qualificados e a insuficiência de investimentos públicos.

Outro ponto abordado é a importância de uma formação continuada para os(as) assistentes sociais que atuam nas escolas, enfatizando a necessidade de um currículo que aborde as especificidades do ambiente escolar e as demandas dos alunos. Guzinski (2022) também propõe estratégias para superar os desafios identificados, incluindo a promoção de parcerias entre escolas, universidades e organizações da sociedade civil, além de campanhas de sensibilização sobre a relevância do serviço social na educação. A pesquisa de Guzinski (2022) contribui para o debate sobre a inserção do serviço social na política educacional, oferecendo uma análise crítica e sugestões práticas que podem ser aplicadas não só em Santa Catarina, mas também em outros estados brasileiros.

3 A Lei Federal nº 13.935/2019 e suas disposições

Esta seção examina a origem e os objetivos da lei, suas principais disposições, e a implementação em nível nacional. A análise foca em como essa legislação visa transformar o ambiente escolar em um espaço mais acolhedor e seguro, promovendo o desenvolvimento integral dos alunos e a melhoria do clima escolar. Além disso, são discutidas as diretrizes e regulamentações associadas à lei, bem como os desafios e estratégias para sua efetiva execução, destacando a importância da colaboração entre profissionais da educação, saúde e assistência social.

3.1 Origens e objetivos da lei

No dia 11 de dezembro de 2019, foi publicada a Lei Nº 13.935, que estabelece a integração do Núcleo de Acolhimento Educacional (NAE) como uma ferramenta de inclusão psicopedagógica nas instituições estaduais. O seu objetivo primordial é a atuação de psicólogos e serviços sociais nos ambientes públicos de ensino a fim de atender as necessidades das políticas de educação brasileiras.

Refletindo pelo lado de políticas Educacionais, é possível observar que o ensino público possui desafios a serem enfrentados, no entanto, é nítido que apenas pedagogos não são suficientes, pois o campo educacional brasileiro possui algumas rupturas. Sendo assim a Lei Federal nº 13.935/2019 (Brasil, 2019) tem a intenção de focar e manter o ambiente escolar um local acolhedor, pois quanto mais o aluno ou a aluna se sentir acolhido pela escola, melhor são suas chances de crescimento educacional e desenvolvimento. E não apenas o(a) discente, é necessário observar o lado docente, que muitas vezes necessita de um suporte, mas não possui, e o NAE (Núcleo de Acolhimento Educacional) se torna uma política pública que intenciona amparar toda a comunidade escolar. É possível compreender que alguns de seus paradigmas de acordo com a Lei nº 13935/2019 e Lei nº 14819/2024 são:

- **Desenvolvimento escolar:** por possuir uma abordagem focalizada no ambiente de ensino, é fatídico que o desenvolvimento seja significativo, pois o apoio psicossocial acabará sendo eficaz, podendo agir na raiz do problema.
- **Bem estar dos discentes:** os problemas emocionais são pertinentes em todas as idades, mas em crianças e adolescentes, é possível que seja necessário uma observação e apoio no ambiente o qual passa a maior parte de seu dia.
- **Melhoria no ambiente escolar:** para que a escola se torne um local seguro e acolhedor, a lei busca contribuir para a redução de conflitos entre os alunos e professores.

Em geral, a Lei possui pontos positivos, e o seu intuito é a promoção de um ambiente escolar acolhedor e o qual visa o desenvolvimento do aluno. Não apenas educacional, mas social, aliás, quando o aluno e demais integrantes do ambiente escolar estão bem psicologicamente, afeta de forma positiva seu rendimento, Oliveira e Fontura ao dissertarem sobre o vínculo psicoescolar observam que: A “Psicologia e a Escola ganham força, na medida em que ambas compartilham da mesma ideologia” (Oliveira e Fontoura, 2015, p. 379). Observando a teoria do bem-estar subjetivo de Diener (1994), Tian (2008) dissertam que o bem-estar subjetivo está relacionado à escola e sobre a maneira

pela qual os estudantes avaliam e experienciam emocionalmente suas vidas escolares.

3.2 Principais disposições da lei

A Lei Federal nº 13935/2019 (Brasil, 2019) estabelece disposições para que a o atendimento psicossocial nas redes públicas de ensino sejam de fato eficientes, não apenas para melhoria no comportamento dos discentes, mas como forma de segurança psicossocial de todos presentes na sociedade acadêmica, sendo elas:

1. A exigência da presença de psicólogos e assistentes sociais nas escolas primárias públicas municipais. Isso garante que os profissionais estejam disponíveis para prestar apoio emocional e social a alunos, professores e demais membros da comunidade escolar.

2. As atividades devem ser realizadas em colaboração com equipes pedagógicas por psicólogos(as) e assistentes sociais, ou seja, realizar atividades conjuntas que buscam identificar e intervir em questões relacionadas ao desenvolvimento emocional, social e educacional dos(as) alunos(as). A colaboração entre esses profissionais é crucial para garantir um ambiente escolar tranquilo e que estimule a desenvoltura.

3. O atendimento deve ser personalizado, isso propõe que os(as) profissionais deverão oferecer atendimento particularizado aos(às) alunos(as), professores(as) e demais membros da comunidade escolar. Este atendimento personalizado garante uma abordagem mais precisa e eficaz na solução de problemas específicos, respeitando sempre a privacidade e confidencialidade da informação apuradas durante cada sessão.

4. Realização de ações preventivas afim de promover a saúde mental, além do atendimento individual, os psicólogos e assistentes sociais precisam desenvolver ações preventivas e de viabilização da saúde mental. Isto inclui a realização de atividades e programas que buscam prevenir problemas emocionais, garantir o bem-estar geral e fortalecer a disposição dos estudantes e dos(as) trabalhadores(as) da educação.

5. Parceria com outros serviços da rede de assistência social e saúde, momento em que os(as) profissionais devem cooperar e unir com outros serviços

da rede de assistência social e saúde como forma de garantir que os(as) estudantes e as suas famílias tenham acesso a recursos e serviços adicionais sempre que necessário, ampliando assim o apoio disponível para satisfazer as suas necessidades emocionais, sociais e de saúde. Com isso, o NAE (Núcleo de Acolhimento Educacional) se torna um programa social o qual torna acessível o apoio estudantil, Minto; Pedro; Netto; Bugliani e Gorayeb (2007, p. 567), citam que:

dar oportunidade para o jovem falar sobre si mesmo, sobre os seus sentimentos, suas crenças e atitudes, é fundamental para a aquisição das habilidades que os fortalecem diante das diversas situações do cotidiano.

A implementação efetiva da Lei 13.935/2019 é crucial para criar um ambiente escolar mais inclusivo e acolhedor, onde todos os membros da comunidade educativa se sintam apoiados e valorizados. Ao integrar profissionais de psicologia e serviço social nas escolas, a legislação não só fortalece o suporte emocional e social disponível, mas também promove a saúde mental e o bem-estar geral dos estudantes e educadores. A colaboração entre esses profissionais e as equipes pedagógicas, aliada a parcerias com redes de assistência social e saúde, potencializa a criação de um sistema educativo que valoriza o desenvolvimento integral dos alunos. Assim, a lei representa um passo significativo para a construção de um futuro educacional mais justo e humanizado, onde cada indivíduo tem a oportunidade de alcançar seu pleno potencial em um ambiente seguro e inclusivo.

Deve-se levar em consideração a diferença entre um psicólogo clínico para um psicólogo escolar, é dissertado por autores a ideia que o psicólogo escolar possui a responsabilidade de intervir no ambiente escolar de forma que levem em consideração fatores políticos, sociais, econômicos, envolvendo vários atores envolvidos no processo educativo. (Gaspar; Costa, 2011; Guzzo, 2002).

No entanto, ao tratar do profissional psicólogo clínico, o Conselho Federal de Psicologia (1992) interpreta que um psicólogo realiza pesquisa, diagnóstico, acompanhamento psicológico e intervenção psicoterápica, seja individualmente ou em grupo, utilizando diversas abordagens teóricas.

Diante desse fator, é importante ressaltar que o psicólogo escolar possui a ideia de guiar, buscar mecanismos de interação e intervenção como ferramenta para promoção de um ambiente escolar saudável. Por outro lado, o psicólogo

clínico visa ajudar os indivíduos a compreender e lidar com questões emocionais, comportamentais e psicológicas.

3.3 Implementação da lei em nível nacional

A implementação da Lei nº 13.935/2019 em nível nacional envolve uma série de etapas e ações coordenadas entre os diferentes entes federativos (União, estados e municípios) e órgãos responsáveis pela educação e assistência social, garantindo assim que os(as) alunos(as) das escolas públicas brasileiras tenham acesso ao apoio psicológico e social necessário para seu desenvolvimento integral. Seguem medidas que podem ser adotadas para promover a implementação da Lei nº 13.935/2019 (Brasil, 2019) em nível nacional:

1. Diretrizes e regulamentações: É importante que os entes federativos, sendo eles, Ministério da Educação (MEC) e o Ministério da Saúde busquem elaborar diretrizes e regulamentações claras para orientar a execução da lei em todas as redes públicas de educação básica. Sendo importante incluir a definição de papéis e responsabilidades dos profissionais de psicologia e serviço social, ou seja, é necessário que o psicólogo saiba seu papel, dever, e também diretrizes para a integração de suas atividades com as equipes pedagógicas das escolas.

2. Contratação de profissionais: A gerência escolar e as autoridades responsáveis devem seguir com a contratação dos profissionais de psicologia e serviços sociais necessários a fim de cumprir as exigências da lei em cada escola pública. Isso pode exigir a realização de concursos públicos ou processos seletivos para a contratação desses profissionais.

3. Formação e capacitação: É fundamental garantir que os(as) profissionais de psicologia e serviço social que serão contratados pelas escolas sejam capacitados para desempenhar suas funções de acordo com as diretrizes estabelecidas pela lei. Podendo envolver a realização de cursos e/ou programas de formação e capacitação específicos, tanto para os(as) profissionais que já atuam na área, quanto para os(as) que serão contratados(as).

4. Estruturação das equipes: As escolas devem estruturar suas equipes de forma a garantir a presença e atuação dos profissionais de psicologia e

serviço social, respeitando as proporções estabelecidas pela lei. Isso pode exigir a redistribuição de recursos humanos e materiais, bem como a adaptação da infraestrutura física das escolas para acomodar esses profissionais.

5. Monitoramento e avaliação: É importante que possua formas de monitoramento e avaliação contínua da execução da lei, para garantir que as disposições estabelecidas estejam sendo efetivamente cumpridas e que os objetivos de promover o bem-estar e o desenvolvimento dos(as) alunos(as) estejam sendo alcançados. Podendo ser observada através de realização de avaliações periódicas, pesquisas de satisfação e acompanhamento dos indicadores de desempenho relacionados à saúde mental e ao desenvolvimento emocional dos discentes.

Dessa forma, é observado que a Lei 13.935/2019 entra como uma forma de melhoria no sistema público de ensino, visando o bem-estar da comunidade escolar, assim como também a segurança dos(as) discentes e todo corpo docente. Dias Facci (2023, p. 2) dispõe que “o desafio é a Psicologia estar presente na escola, principalmente após a aprovação da Lei 13.935/2019 (Brasil, 2019) e fazer um trabalho na coletividade da escola, em direção à emancipação humana”. Para isso, é de suma importância analisar como incorporar a abordagem para que possamos dissertar sobre quais resultados são esperados da política pública no território nacional, de forma a agregar todo o país de diferentes modos, mas com os mesmos objetivos.

4 Políticas Públicas de Apoio Psicossocial Escolar em Diferentes Contextos

A análise das políticas públicas de apoio psicossocial nas escolas em diferentes contextos é crucial por diversas razões. Em primeiro lugar, as diferenças culturais possuem impacto nas abordagens de saúde mental, exigindo adaptações específicas. Além disso, a diversidade socioeconômica causa diferentes exigências de recursos e estratégias para garantir a inclusão e a eficácia. Os sistemas educativos variam nas suas estruturas e prioridades, isso sugere que é fundamental identificar e adaptar as melhores práticas para satisfazer as necessidades específicas de cada situação. Os contextos que enfrentam desafios únicos, como a pobreza ou a violência, exigem políticas

sensíveis e adaptáveis para abordar eficazmente estas questões. Por último, comparar políticas em diferentes contextos permite avaliar o seu impacto e identificar áreas de melhoria. Em tese, esta análise é fundamental para garantir que as políticas sejam culturalmente sensíveis, adaptadas e eficazes na promoção do bem-estar mental e emocional dos(as) estudantes.

4.1 Exemplos de políticas públicas de apoio psicossocial escolar em diferentes países ou regiões

É possível observar no contexto geral que há diferenças em abordagens das políticas públicas, sendo elas nacionais e/ou internacionais. No entanto, será fácil compreender a distinção da política pública brasileira com a política pública internacional. Como citado por Sarason (1997, p. 5), "As avaliações do bem-estar subjetivo sempre ocorrem dentro de contextos ambientais, como relacionamentos, família e escola".

4.1.1 Nível Estadual: Minas Gerais

Ao analisar a aplicação da Lei em âmbito nacional, observa-se que, em Minas Gerais, uma série de violências tem ocorrido com frequência, o que tem gerado preocupações na equipe psicopedagógica. Em resposta a essa situação, criou-se um aparato jurídico para aplicação em nível estadual¹ (Marcelino, 2024).

Com a vigência da Lei 13.935/2019 em todo o território brasileiro, em Minas Gerais foi necessário estabelecer diretrizes claras por meio de resoluções. Um exemplo disso é a Resolução SEE Nº 4.701, de 14 de janeiro de 2022, que tem como objetivo regulamentar a presença de psicólogos e assistentes sociais nas instituições públicas de Ensino Básico (Resolução SEE Nº 4.701, 2022).

Em Minas Gerais, o Núcleo de Acolhimento Educacional (NAE) é composto por 47 Superintendências Regionais de Ensino, em que os psicólogos e assistentes sociais desempenham suas funções e buscam apoio

¹ Para saber mais: <https://www.almg.gov.br/comunicacao/noticias/arquivos/Nova-lei-para-coibir-atos-violentos-em-escolas-entra-em-vigor/>

e orientação. No entanto, inicialmente o NAE contou com apenas um psicólogo e um assistente social nas cidades com mais de cinco escolas estaduais. Nas localidades maiores, onde há um maior número de escolas, a cada grupo de cinco escolas são alocados dois profissionais, um psicólogo e um assistente social, a fim de atender às necessidades da comunidade de forma abrangente.

O Núcleo de Acolhimento Educacional (NAE) em Minas Gerais tem como objetivo principal compreender e atender às necessidades da comunidade acadêmica, promovendo um ambiente escolar seguro e acolhedor. De acordo com o Caderno Orientador da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, publicado no site educacao.mg.gov.br (2022), existem diretrizes a serem seguidas para garantir a efetividade do NAE, que incluem:

Educação em Direitos Humanos: como parte do processo de ensino-aprendizagem, busca-se criar no ambiente escolar um espaço compartilhado de discussão e reflexão acerca das temáticas que compreendam a Promoção em Direitos Humanos. Pretende-se fomentar um ambiente colaborativo e democrático entre todos aqueles que fazem parte do cotidiano escolar. No contexto de promoção dos direitos humanos, revela-se fundamental o diálogo acerca das questões que envolvem as multiformas de debates que perpassam por esse ambiente. Resolução dialogada de conflitos: frente à realidade da violência escolar, faz-se necessário que a escola ressignifique suas concepções acerca dos atritos existentes, sendo indispensável a aceitação do conflito como conjuntura natural em um ambiente democrático. A escola, como instituição formadora, deve ser um ambiente de respeito e diálogo no qual conflitos não são suprimidos e sim aceitos como parte inerente da democracia escolar. A partir do pressuposto de que o conflito não é negativo em si, deve-se construir a noção de que o mesmo pode ser construtivo e, para isso, são necessárias ferramentas que viabilizem essa construção. Prevenção e Encaminhamento das Violências: as ações deste eixo são destinadas a desenvolver estratégias que contribuam para a identificação, a prevenção e o encaminhamento adequado das violências que ocorrem nas escolas estaduais. Registro de Situações de Violência na Escola: a SEE, por meio de sua rede, deve realizar o registro das situações de violência na escola em um sistema online, cujo objetivo seja sistematizar o monitoramento e o acompanhamento desses registros, e dessa forma, contribuir com a gestão escolar facilitando os encaminhamentos necessários (CADERNO ORIENTADOR, 2022, p. 53).

Com isso, o NAE (Núcleo de Acolhimento Educacional) se consolida como um programa social que facilita o acesso ao apoio estudantil. Segundo Minto, Pedro, Netto, Bugliani e Gorayeb (2007, p. 567),

dar oportunidade para o jovem falar sobre si mesmo, sobre os seus sentimentos, suas crenças e atitudes, é fundamental para a aquisição das habilidades que os fortalecem diante das diversas situações do cotidiano.

Ao proporcionar um espaço de acolhimento e diálogo, o NAE promove um ambiente escolar mais inclusivo e saudável, contribuindo para o desenvolvimento integral dos(as) estudantes. A atuação de psicólogos(as) e assistentes sociais nas escolas, conforme estabelecido pela Lei 13.935/2019 e regulamentado por resoluções estaduais, tem se mostrado essencial para enfrentar desafios sociais e emocionais, fortalecendo a comunidade escolar como um todo. Através de ações preventivas, personalizadas e colaborativas, o NAE reforça o compromisso com a educação de qualidade, onde cada aluno(a) é valorizado(a) e apoiado(a) em seu percurso educacional.

4.1.2 Nível Internacional

Nos EUA (Estados Unidos da América) o apoio psicológico nas escolas está interligado com o bem-estar dos alunos, pois acreditam que com o investimento nos serviços de psicologia escolar ocorra uma melhoria, não apenas a qualidade de vida dos discentes, mas também seu empenho escolar e prepara os mesmo para o “mundo” a fora. Alguns pontos positivos a serem observados em relação ao apoio psicológico nos Estados Unidos da América, de acordo com os pesquisadores Ryan e Solky (1996) são:

Recursos e serviços disponíveis: Às escolas americanas oferecem aos alunos uma variedade de recursos e serviços de apoio psicológico. Estes incluem conselheiros escolares licenciados, psicólogos escolares, programas de prevenção e intervenção, grupos de apoio, educação em saúde mental e parcerias com serviços comunitários. Esses recursos são projetados para fornecer apoio emocional, aconselhamento, intervenção em crises e encaminhamento para tratamento especializado quando necessário.

Impacto no bem-estar do aluno: Foi comprovado que o apoio psicológico nas escolas tem um impacto significativo no bem-estar emocional dos alunos. Os estudantes que recebem estes serviços relatam níveis mais baixos de stress, ansiedade e depressão, bem como aumento da auto-estima e resiliência. Isso cria um ambiente escolar mais seguro e favorável, onde os alunos se sentem mais capazes de enfrentar desafios pessoais e acadêmicos.

Melhor desenvolvimento escolar: Além de promover o bem-estar emocional, o apoio psicológico nas escolas está intimamente ligado ao sucesso acadêmico dos alunos. Os alunos que recebem apoio psicológico têm maior probabilidade de frequentar as aulas regularmente, participar ativamente do processo de aprendizagem e obter melhores resultados acadêmicos. Além disso, desenvolvem habilidades socioemocionais essenciais, como resolução de problemas, empatia e comunicação, que são essenciais para o sucesso a longo prazo.

Sendo assim, é importante observar que no país o apoio psicológico se torna um ponto fundamental para que os alunos possuam uma vida acadêmica saudável. Ryan e Solky (1996) sugerem que os efeitos psicológicos positivos do apoio social podem resultar da capacidade do sistema de apoio social para satisfazer uma ou mais necessidades psicológicas básicas.

4.2 Comparação de abordagens e resultados

Ao apresentar a diferença entre o apoio psicológico entre dois países, fica evidente a fragilidade do sistema educacional brasileiro quando comparado a países de “primeiro mundo”. Isso levanta a seguinte questão: por que o Brasil enfrenta dificuldades no acesso a serviços psicossociais no âmbito escolar, mesmo possuindo instituições de ensino básico, médio e superior frequentemente reconhecidas mundialmente? Uma análise geral sugere que o problema está muitas vezes relacionado à falta de interesse estatal em atender às necessidades emocionais e sociais de crianças, jovens e adultos no contexto educacional. Noddings (2003, p. 1) argumenta a ideia de que a “felicidade e educação estão, devidamente, intimamente conectadas. A felicidade deve ser um objetivo da educação, e uma boa educação deve contribuir significativamente para a felicidade pessoal e coletiva”. A seguir, vamos examinar as diferenças mais cruciais entre os dois tipos de educação, focando no apoio psicossocial:

4.2.1 Minas Gerais

Em Minas Gerais, a Lei 13.935/2019 (Brasil, 2019) foi implementada como uma forma de reestruturar o ambiente de ensino, visando a melhoria contínua

para alunos(as) e professores(as) que muitas vezes necessitavam de apoio, mas não o tinham. As principais abordagens envolvem:

Integração nos sistemas escolares: A lei visa integrar os serviços de apoio psicológico diretamente nas escolas, promovendo a presença de psicólogos escolares e profissionais treinados para lidar com os problemas emocionais dos alunos.

Destaque na promoção da saúde mental: A lei dá ênfase à promoção da saúde mental, implementando programas de prevenção, sensibilização e intervenção precoce para questões de saúde mental.

Formação para profissionais da educação: A lei prevê a formação de professores e outros funcionários escolares para lidarem com os problemas emocionais dos alunos e reconhecerem sinais de problemas de saúde mental.

No entanto, como a lei foi implementada recentemente, após a pandemia de Covid-19, ainda não há muitos resultados concretos, pois as instituições de ensino estão se adaptando e inserindo esses profissionais no cotidiano escolar. Contudo, os resultados esperados incluem:

Melhoria no índice de evasão escolar: Com o apoio psicossocial, espera-se que os alunos se sintam mais integrados ao ambiente escolar, reduzindo a evasão.

Destaque no desempenho acadêmico: Com suporte adequado, é provável que o desempenho acadêmico dos alunos melhore, já que eles se sentirão mais acolhidos.

Bem-estar social: A implementação da lei busca que os alunos consigam se expressar socialmente, desenvolvam empatia e lidem melhor com problemas emocionais.

Diante desse contexto, é relevante citar o Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2019), que afirma que o desenvolvimento, as relações afetivas, os prazeres e sofrimentos, os comportamentos, as ideias e sentimentos, a motivação e interesse, a aprendizagem, a socialização, significados, sentidos e identificações contribuem para valorizar os sujeitos envolvidos nas relações escolares (CFP, 2019, p. 53).

Um ponto que merece atenção em Minas Gerais é a efetividade da Lei, considerando que ainda são relatados episódios de violência. Surge a questão sobre os desafios na aplicação de psicólogos e assistentes sociais nas escolas

públicas. Diante de relatos de dificuldades na implementação, torna-se relevante investigar os fatores que contribuem para esses desafios e quais medidas podem ser adotadas para promover uma aplicação mais eficaz.

4.2.2 Estados Unidos

Nos Estados Unidos, o apoio psicossocial no ambiente escolar é amplamente destacado e bem implementado. Além de possuir um sistema educacional de referência, o país busca constantemente alternativas para apoiar os estudantes. As principais abordagens são:

Ajuda com profissionais especializados: Os Estados Unidos promovem o bem-estar social dos alunos através da presença de psicólogos e conselheiros escolares qualificados.

Grupos de apoio: Para evitar que os alunos se sintam em uma sessão de terapia tradicional, foram criados grupos de apoio onde eles podem compartilhar suas experiências.

Programas de prevenção: Programas de prevenção são implementados para oferecer segurança aos alunos que enfrentam problemas como bullying ou discriminação, promovendo a conscientização sobre esses temas.

Os resultados dessas abordagens são notáveis:

Diminuição de bullying e violência: Com o apoio psicossocial, houve uma redução significativa no bullying e na violência escolar, atacando a raiz do problema.

Melhor desempenho acadêmico: A presença de conselheiros educacionais contribuiu para uma melhora no desempenho acadêmico, pois os alunos aprendem a lidar melhor com as pressões escolares.

Melhoria na saúde mental: Com psicólogos ou conselheiros presentes nas escolas, os alunos recebem apoio imediato para problemas psicológicos, ajudando a prevenir o desenvolvimento de transtornos mentais.

Estudos mostram que um ambiente escolar saudável proporciona diversos benefícios. "Vários estudos demonstram que indivíduos com um maior apoio social apresentam um bem-estar subjetivo geral mais elevado, como maior satisfação com a vida, mais emoções positivas e menos emoções negativas" (Chou 1999; Gallagher e Vella-Brodrick 2008; Kong et al. 2013).

No contexto internacional, a integração de serviços psicossociais no ambiente escolar tem sido amplamente reconhecida como uma prática eficaz para promover o bem-estar e o sucesso acadêmico dos estudantes. Diversos países implementaram políticas e programas que visam oferecer suporte emocional e social dentro das escolas, reconhecendo a importância de um atendimento holístico para o desenvolvimento dos alunos. As experiências internacionais oferecem valiosas lições e práticas que podem ser adaptadas e incorporadas no contexto brasileiro para aprimorar ainda mais a eficácia do NAE e outras iniciativas semelhantes.

5 Resultados e Efeitos das Políticas Públicas de Apoio Psicossocial Escolar

A implementação de políticas de apoio psicossocial nas escolas tem mostrado efeitos positivos tanto no Brasil quanto em outros países. No Brasil, particularmente em Minas Gerais, a Lei 13.935/2019 visa integrar psicólogos e assistentes sociais nas escolas, promovendo um ambiente mais acolhedor e seguro para os alunos. Dados iniciais apontam para uma melhoria no bem-estar dos alunos e uma redução nos índices de evasão escolar.

5.1 Dados quantitativos e qualitativos sobre o impacto dessas políticas nas comunidades escolares

A implementação de políticas de apoio psicossocial nas escolas tem mostrado efeitos positivos tanto no Brasil quanto em outros países. No Brasil, particularmente em Minas Gerais, a Lei 13.935/2019 visa integrar psicólogos e assistentes sociais nas escolas, promovendo um ambiente mais acolhedor e seguro para os alunos. Dados iniciais apontam para uma melhoria no bem-estar dos alunos e uma redução nos índices de evasão escolar.

5.1.2 Dados quantitativos

Dados quantitativos ainda estão sendo coletados para avaliar plenamente o impacto das políticas de apoio psicossocial nas escolas brasileiras. Estudos

preliminares indicam uma redução na evasão escolar e um aumento na satisfação dos alunos com o ambiente escolar. Segundo o Conass (2024), a presença de profissionais de psicologia e serviço social nas escolas tem sido associada a uma melhora no desempenho acadêmico dos alunos, refletindo um impacto positivo direto das intervenções psicossociais. A redução de conflitos e a melhoria no clima escolar também foram observadas, contribuindo para um ambiente mais propício ao aprendizado.

5.1.3 Dados qualitativos

É importante ressaltar que, por ser uma política nova, ainda não há dados concretos sobre a eficiência da política pública. No entanto, o apoio psicossocial é fundamental, considerando que a violência no ambiente escolar é uma realidade diária. Um estudo sobre o NASP (Núcleo de Atendimento Social e Psicológico) na Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) mostrou que a presença de apoio psicossocial pode promover um ambiente escolar mais saudável e acolhedor. Professores relataram uma maior capacidade de lidar com problemas emocionais dos alunos e uma redução nos conflitos escolares, o que corrobora a importância dessas políticas (UNICEF, 2024).

Além disso, relatos de profissionais de educação em escolas onde a política foi implementada indicam uma percepção positiva das mudanças. Eles destacam a importância de ter suporte especializado para lidar com questões emocionais e comportamentais dos alunos, o que contribui para um ambiente de aprendizado mais harmonioso e produtivo (CICV, 2021).

5.2 Análise de estudos e pesquisas sobre os efeitos das políticas

Estudos internacionais destacam a eficácia das políticas de apoio psicossocial no ambiente escolar. Nos Estados Unidos, por exemplo, a implementação de conselheiros escolares e programas de prevenção de bullying tem mostrado resultados significativos na melhoria do bem-estar social e desempenho acadêmico dos alunos. Pesquisas indicam que alunos que se sentem apoiados psicologicamente tendem a ter melhores resultados

acadêmicos e menor incidência de problemas de saúde mental (BMC Psychology, 2023).

Além disso, estudos sistemáticos mostram que intervenções psicossociais podem reduzir sintomas pós-traumáticos em crianças e jovens, embora o impacto sobre sintomas internalizados, como depressão e ansiedade, ainda seja incerto (Cambridge, 2023). A implementação de programas abrangentes e contínuos, que envolvem a formação de professores e a inclusão de suporte emocional no currículo, é essencial para maximizar os benefícios dessas políticas (UNESCO, 2020).

No Brasil, a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares, instituída pela Lei 14.819/2024, reforça a articulação com o Programa Saúde na Escola (PSE) e a rede de atenção psicossocial, visando uma abordagem integrada e intersetorial para promover a saúde mental e o bem-estar dos alunos (CONASS, 2024). Estudos sobre a implementação dessa política mostram que a presença de equipes interdisciplinares nas escolas tem sido fundamental para identificar e intervir precocemente em casos de sofrimento psíquico e violência, promovendo um ambiente escolar mais seguro e acolhedor.

Em suma, a literatura existente e as experiências internacionais sugerem que políticas de apoio psicossocial são essenciais para promover um ambiente educacional saudável e eficaz. A colaboração entre diferentes setores e a formação adequada de profissionais são fundamentais para o sucesso dessas iniciativas.

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para melhorar a implementação e eficácia das políticas públicas de apoio psicossocial escolar, é essencial adotar estratégias teóricas bem fundamentadas e abordagens interdisciplinares sugeridas pela literatura.

6.1 Estratégias teóricas para melhorar a implementação e eficácia das políticas públicas de apoio psicossocial escolar.

Primeiramente, é fundamental desenvolver programas de formação continuada para profissionais da educação. Professores e funcionários escolares

precisam estar preparados para identificar e lidar com questões psicossociais. Programas de formação continuada que incluem treinamento em saúde mental, técnicas de mediação de conflitos e estratégias de inclusão podem melhorar a capacidade dos profissionais de apoiar os alunos de maneira eficaz. Segundo a UNESCO (2020), a formação contínua dos educadores é crucial para o sucesso das intervenções psicossociais.

Além disso, a integração do suporte psicossocial no currículo escolar é uma estratégia indispensável. A inclusão de temas de saúde mental e bem-estar no currículo escolar pode normalizar a discussão sobre esses assuntos e proporcionar aos alunos as ferramentas necessárias para lidar com seus próprios desafios emocionais e comportamentais. Programas de educação socioemocional que desenvolvem habilidades como empatia, resiliência e gestão de emoções são particularmente eficazes (UNESCO, 2020).

Outra estratégia importante é o fortalecimento das redes de apoio intersetoriais. A criação de redes de apoio que envolvem a colaboração entre diferentes setores, como saúde, assistência social e educação, pode proporcionar um suporte mais abrangente para os alunos. Essas redes facilitam o encaminhamento de casos mais complexos e garantem que os alunos e suas famílias recebam o apoio necessário (CONASS, 2024).

A utilização de tecnologias para monitoramento e intervenção também é uma abordagem promissora. Ferramentas tecnológicas podem ser usadas para monitorar o bem-estar dos alunos e identificar precocemente sinais de problemas psicossociais. Aplicativos e plataformas online podem permitir que os alunos relatem anonimamente suas preocupações e recebam orientações de profissionais qualificados (CICV, 2021).

Por fim, a avaliação e acompanhamento contínuo das políticas de apoio psicossocial são essenciais. A implementação dessas políticas deve incluir mecanismos de avaliação e acompanhamento contínuo, com a coleta de dados quantitativos e qualitativos sobre a eficácia das intervenções. A criação de indicadores claros para medir o impacto das políticas é fundamental para garantir sua eficácia a longo prazo (CONASS, 2024).

6.2 Abordagens interdisciplinares sugeridas na literatura

A literatura aponta diversas abordagens interdisciplinares que podem ser aplicadas para melhorar as políticas de apoio psicossocial nas escolas. Uma dessas abordagens é a baseada na comunidade. Envolver a comunidade escolar, incluindo pais, alunos e funcionários, no desenvolvimento e implementação de programas de apoio psicossocial pode aumentar a aceitação e a eficácia das intervenções. Programas que promovem a participação ativa da comunidade tendem a ser mais sustentáveis e relevantes para as necessidades locais (UNICEF, 2024).

Outra abordagem sugerida é a implementação de intervenções multiníveis. As intervenções devem ser aplicadas em diversos níveis, incluindo individual, grupal e institucional, garantindo que as necessidades específicas de cada aluno sejam atendidas enquanto se promove um ambiente escolar mais saudável e inclusivo (BMC Psychology, 2023).

Parcerias com organizações não governamentais (ONGs) e instituições de ensino superior também são altamente recomendadas. A colaboração com ONGs e universidades pode proporcionar recursos adicionais e expertise para o desenvolvimento de programas de apoio psicossocial, facilitando a realização de pesquisas, a formação de profissionais e a implementação de projetos piloto (UNESCO, 2020).

A adaptação cultural das intervenções é outra abordagem importante. As políticas de apoio psicossocial devem ser adaptadas às especificidades culturais e sociais de cada comunidade escolar. Isso envolve a realização de diagnósticos participativos para identificar as particularidades locais e a adaptação das intervenções para refletir essas realidades (CONASS, 2024).

Finalmente, o fomento à pesquisa e inovação é essencial. Incentivar a pesquisa contínua e a inovação no campo do apoio psicossocial escolar pode levar ao desenvolvimento de novas metodologias e práticas mais eficazes. A criação de centros de pesquisa e inovação em saúde mental e educação pode contribuir para o avanço do conhecimento e a disseminação de boas práticas (UNICEF, 2024).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre a implementação e os efeitos das políticas públicas de apoio psicossocial escolar revelou resultados promissores tanto no contexto brasileiro quanto internacional. No Brasil, a Lei 13.935/2019 em Minas Gerais e a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares (Lei 14.819/2024) destacam-se como marcos significativos para a integração de psicólogos e assistentes sociais nas escolas. Essas políticas visam promover um ambiente escolar mais acolhedor, seguro e propício ao aprendizado.

Os dados quantitativos e qualitativos coletados até o momento indicam uma redução na evasão escolar, melhora no desempenho acadêmico e um aumento na satisfação dos alunos com o ambiente escolar. Professores relataram uma maior capacidade de lidar com problemas emocionais dos alunos e uma redução nos conflitos escolares, evidenciando a importância do suporte psicossocial (UNICEF, 2024; CICV, 2021).

Internacionalmente, as políticas de apoio psicossocial escolar também mostraram impactos positivos, como a diminuição de bullying e violência, além de melhorias no bem-estar social e no desempenho acadêmico dos alunos (BMC Psychology, 2023; Cambridge, 2023). A implementação de programas abrangentes, contínuos e culturalmente adaptados foi fundamental para maximizar os benefícios dessas políticas.

As descobertas deste estudo têm implicações importantes para a formulação de políticas futuras e para a pesquisa na área de apoio psicossocial escolar. Primeiramente, a necessidade de programas de formação continuada para profissionais da educação é evidente. É crucial que professores(as) e funcionários(as) escolares recebam treinamento adequado para identificar e lidar com questões psicossociais, o que pode ser alcançado através de programas de formação contínua em saúde mental, mediação de conflitos e estratégias de inclusão (UNESCO, 2020).

Além disso, a integração do suporte psicossocial no currículo escolar deve ser uma prioridade. A inclusão de temas de saúde mental e bem-estar no currículo pode normalizar a discussão sobre esses assuntos e fornecer aos alunos(as) as ferramentas necessárias para lidar com seus desafios emocionais e comportamentais (UNESCO, 2020).

A criação de redes de apoio intersetoriais também é essencial. A colaboração entre setores como saúde, assistência social e educação pode proporcionar um suporte mais abrangente para os(as) alunos(as), facilitando o encaminhamento de casos complexos e garantindo que os alunos e suas famílias recebam o apoio necessário (CONASS, 2024).

No campo da pesquisa, é importante incentivar estudos contínuos e a inovação em apoio psicossocial escolar. A criação de centros de pesquisa e inovação em saúde mental e educação pode contribuir para o avanço do conhecimento e a disseminação de boas práticas (UNICEF, 2024). Além disso, a avaliação e o acompanhamento contínuo das políticas de apoio psicossocial devem ser realizados para garantir sua eficácia a longo prazo.

Em conclusão, as políticas de apoio psicossocial escolar são fundamentais para promover um ambiente educacional saudável e eficaz. A adoção de estratégias teóricas bem fundamentadas, abordagens interdisciplinares e a promoção de pesquisa contínua são essenciais para o sucesso dessas iniciativas. A colaboração entre diferentes setores e a formação adequada de profissionais são fundamentais para garantir que os(as) alunos(as) recebam o suporte necessário para seu desenvolvimento emocional, social e acadêmico.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, E. N. F. de; CUNHA, M. V. da. O discurso psicológico de John Dewey. **Revista Brasileira de Educação**, v. 18, n. 53, p. 339–354, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782013000200006>.

ANTUNES, M.A.M. Psicologia Escolar e Educacional: história, compromissos e perspectivas. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE)** v. 12, n 2. 2008 • 469-475 473

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Nova lei para coibir atos violentos em escolas entra em vigor. **Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais**, Belo Horizonte, 26 jul. 2024. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/comunicacao/noticias/arquivos/Nova-lei-para-coibir-atos-violentos-em-escolas-entra-em-vigor/>. Acesso em: 20 ago. 2024.

BERTASSO, M. L. L. **Uma análise crítica da Lei nº 13.935/2019 sobre a prestação de serviços de psicologia nas redes públicas de educação básica**. 2022. 90 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, 2022.

BMC PSYCHOLOGY. The impact of mental health and psychosocial support programmes on children and young people's mental health in the context of humanitarian emergencies in low- and middle-income countries: A systematic review and meta-analysis. **BMC Psychology**, 2023. Acesso em: 20 ago. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019. **Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13935.htm. Acesso em: 8 jul. 2024.

CAMBRIDGE. **The impact of mental health and psychosocial support programmes on children and young people's mental health in the context of humanitarian emergencies in low- and middle-income countries: A systematic review and meta-analysis**. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/global-mental-health/article/impact-of-mental-health-and-psychosocial-support-programmes-on-children-and-young-peoples-mental-health-in-the-context-of-humanitarian-emergencies-in-low-and-middleincome-countries-a-systematic-review-and-metaanalysis/DF7F8FECF31A8D1C2C4DCBDF82D8FEC1>. Acesso em: 8 jul. 2024.

CARVALHO, G. da S.; CORTEZINI, H. dos S.; CAMPOS, M. L. F.; PEREIRA, R. D.; MOURA, V. A.; HERNANDES, L. F. A saúde mental dos adolescentes em contexto escolar. **Revista Brasileira de Adolescência**, v. 8, n. 2, p. 36-47, 2021.

CICV. **Violência impacta saúde mental de profissionais de serviços essenciais**. Disponível em: <https://www.icrc.org/pt/document/violencia-impacta-saude-mental-de-profissionais-de-servicos-essenciais>. Acesso em: 8 jul. 2024.

CONASS. **Publicada Lei n. 14.819 que institui a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares**. Disponível em: <https://www.conass.org.br>. Acesso em: 8 jul. 2024.

CORNELL, D.; SHUKLA, K.; KONOLD, T. Peer victimization and authoritative school climate: A multilevel approach. **Journal of Educational Psychology**, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1037/edu000038>. Acesso em: 20 ago. 2024.

EDUCAÇÃO.MG.GOV.BR. **Núcleo de Acolhimento Educacional – Atuação de Psicólogo e Assistente Social**. Disponível em: <https://www.educacao.mg.gov.br/documentos-legislacao/nucleo-de-acolhimento-educacional-atuacao-de-psicologo-e-assistente-social/>. Acesso em: 25 jun. 2023.

GASPAR, F. D., & Costa, T. A. Afetividade e atuação do psicólogo escolar. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*, (2011).

GUZINSKI, S. **A inserção do Serviço Social na Política de Educação: História e desafios em Santa Catarina.** 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.

GUZZO, R. (Org). **Psicologia Escolar: LDB e educação hoje.** (2002).

HILL, M.; HOPE, D. **Public Policy: The essential readings.** New Jersey: Pearson, 2014.

MARCELINO, A. Minas Gerais registra mais de 180 casos de violência nas escolas por mês. **O Tempo**, Belo Horizonte, 19 ago. 2024. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/minas-gerais-registra-mais-de-180-casos-de-violencia-nas-escolas-por-mes-1.3257818>. Acesso em: 20 ago. 2024.

MINTO, L. W.; PEDRO, L. E. T.; NETTO, M. G.; BUGLIANI, S. S.; GORAYEB, R. A importância do apoio psicossocial nas escolas. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 11, n. 2, p. 567-579, 2007.

MOREIRA, C. M.; SOARES, P. R.; SANTOS, A. F. Adolescência: um período de mudanças e desafios. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 24, n. 3, p. 623-630, 2011.

NODDINGS N. **Happiness and Education.** Cambridge University Press. 2003.

OLIVEIRA, A. de; FONTOURA, M. Vínculo psicoescolar: Psicologia e Escola. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 19, n. 3, p. 378-384, 2015.

PEREIRA, A. C. Revisitando a relação entre família e escola: discursos inacabados. **Revista de Educação e Pesquisa**, v. 22, n. 4, p. 453-472, 2018.

RESOLUÇÃO SEE Nº 4.701, de 14 de janeiro de 2022. Regulamenta a presença de psicólogos e assistentes sociais nas **instituições públicas de Ensino Básico de Minas Gerais**. Disponível em: <https://www.educacao.mg.gov.br/documentos-legislacao/resolucao-see-4-701-2022>. Acesso em: 8 jul. 2024.

RYAN, R. M., e SOLKY, J. A. (1996). What Is Supportive about Social Support? On the Psychological Needs for Autonomy and Relatedness. In G. R. Pierce, B. R. Sarason, & I. G. Sarason (Eds.), **Handbook of Social Support and the Family** (pp. 249-267). Plenum. https://doi.org/10.1007/978-1-4899-1388-3_11. Acesso em: 8 jul. 2024.

SECCHI, L. **Políticas Públicas.** São Paulo: Cengage Learning, 2015.

SENADO FEDERAL. Fim da violência nas escolas ainda é desafio para o Brasil. **Rádio Senado**, Brasília, 29 jan. 2024. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2024/01/29/fim-da-violencia-nas->

[escolas-ainda-e-desafio-para-o-brasil#:~:text=A%20viol%C3%Aancia%20no%20ambiente%20escolar,o%20que%20pode%20gerar%20atritos](#). Acesso em: 20 ago. 2024.

UNESCO. **The psychosocial school environment**. Unesco IIEP Learning Portal. Disponível em: <https://learningportal.iiep.unesco.org/en/issue-briefs/improve-learning/learners/the-psychosocial-school-environment>. Acesso em: 8 jul. 2024.

UNICEF. **Guia de fortalecimento psicossocial da comunidade escolar**. Disponível em: <https://www.unicef.org>. Acesso em: 8 jul. 2024.